

**HABEAS CORPUS Nº 557.313 - DF (2020/0007150-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : WELBERT BARBOSA DOS SANTOS E OUTROS  
**ADVOGADOS** : MARCELO ALMEIDA ALVES - DF034265  
NATHALIA DE PAULA BOMFIM ZIMPECK - DF044202  
DIEGO RODRIGO SERAFIM PEREIRA - DF042579  
ALDENIO DE SOUZA - DF049173  
WELBERT BARBOSA DOS SANTOS - DF053968  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**PACIENTE** : JORGE ALVES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

**EMENTA**

PEDIDOS DE EXTENSÃO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA SUBSTITUÍDA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IDENTIDADE DE SITUAÇÕES ENTRE OS INVESTIGADOS. EXTENSÃO DOS EFEITOS DO JULGADO. APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PEDIDOS DEFERIDOS.

**DECISÃO**

Trata-se de PEDIDOS DE EXTENSÃO em favor de JOSE DELI PEREIRA DA GAMA (fls. 365-366), PAULO HENRIQUE DA SILVA e FRANCISCO CARLOS DA SILVA CARDOSO (fls. 299-301, retificado às fls. 371-374), JOÃO BATISTA FIRMO FERREIRA (fls. 379-385) e JAIR DIAS PEREIRA (fls. 391-398) da ordem concedida ao corréu Jorge Alves dos Santo no presente habeas corpus, que revogou a prisão preventiva do Paciente, mediante a imposição das medidas alternativas previstas no art. 319, incisos I, III e VI, do Código de Processo Penal, estendendo a ordem ao corréu AGNALDO FIGUEIREDO DE ASSIS, com fundamento no art. 580 do CPP.

Consta dos autos que o Ministério Público do Distrito Federal, em 06/11/2018, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO, ofereceu denúncia contra os Peticionários, imputando-lhes a prática do crime de organização criminosa, junto ao Juízo da Primeira Vara Criminal da Circunscrição

# Superior Tribunal de Justiça

Judiciária de Ceilândia/DF, o qual declinou da sua competência para a Justiça Militar.

O Juízo da Auditoria Militar do Distrito Federal reconheceu sua competência quanto aos Acusados Militares, recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva dos Réus, no dia 17/12/2018.

Narra a denúncia, que dá os Peticionários como incurso no crime previsto no art. 2.º, caput, §§ 2.º e 4.º, inciso IV, da Lei n.º 12.850/2013, que (fl. 28):

*"No Distrito Federal, em período compreendido ao menos entre maio de 2015 e agosto de 2015, os ora denunciados J. A. S., vulgo 'J.', A. F. A., P. H. S., vulgo 'P.', F. C. S. C., J. D. P. G., vulgo 'D. G.', 'N.', ou 'C. F.', J. B. F. F., M. A. C., A. B. S. e A. P. C. N., livres e conscientes, em unidade de desígnios e comunhão de esforços, promoveram, constituíram, financiaram e integraram, pessoalmente, organização criminosa, associando-se de forma estruturalmente ordenada e caracterizada por divisão de tarefas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter vantagens de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais com penas máximas superiores a 4 (quatro) anos, entre as quais os crimes de loteamento ou desmembramento de solo qualificado, extorsão, homicídio, dentre outros crimes, sempre relacionados a grilagem de terras."*

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de julgamento do dia 03/03/2020, concedeu a ordem nos termos de acórdão da minha relatoria, assim ementado:

**"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PREVENÇÃO COM O RHC N.º 119.445/DF. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. VIA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. DESNECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA. ENFRAQUECIMENTO DO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA E DE INTERFERÊNCIA NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. APARENTE DESMANTELAMENTO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ORDEM HABEAS CORPUS CONCEDIDA, COM EXTENSÃO DOS EFEITOS DO JULGADO À CORRÉU.**

1. No caso, não há a alegada prevenção suscitada, uma vez que o presente writ me foi atribuído por prevenção ao RHC n.º 119.406/DF, interposto em favor de corréu do Paciente na mesma ação penal em trâmite na Justiça Militar, antes da distribuição ao Exmo. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ do RHC n.º 119.445/DF, o qual trata de ação penal em trâmite na Justiça Comum do Distrito Federal.

2. Vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para instaurar a ação penal, com o recebimento da denúncia, reconhecer que os indícios de materialidade e autoria do crime

*são insuficientes para justificar a custódia cautelar implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a Acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do habeas corpus.*

3. *Os fundamentos lançados pelo Juiz de primeiro grau e pela Corte a quo para manter a prisão preventiva, em razão de haver indícios de o Réu aproveitar-se da condição de Policial Militar para favorecer o esquema de grilagem de terras no Distrito Federal, são idôneos e justificam a segregação cautelar para garantia da ordem pública, com a finalidade de cessar ou diminuir a atuação de suposto integrante de organização criminosa.*

4. *Contudo, a despeito da motivação do decisum, não persiste a cautelaridade imprescindível à prisão processual ora questionada. À luz dos princípios da contemporaneidade, da cautelaridade e da proporcionalidade não está evidenciado o risco concreto e atual à ordem pública. Embora os crimes investigados sejam graves, remontam a meados de 2015, sendo a denúncia recebida e a custódia cautelar decretada apenas em dezembro de 2018. Outrossim, com a prisão dos principais articuladores da atividade ilícita, houve o aparente desmantelamento da organização criminosa, de modo que fica esvaziada a necessidade da prisão cautelar.*

5. *Logo, em observância ao binômio proporcionalidade e adequação, é desnecessária a custódia extrema no momento. As medidas cautelares diversas da prisão são suficientes para assegurar a ordem pública e evitar a continuidade da organização criminosa, se é que ainda subsiste.*

6. *Ordem de habeas corpus concedida para revogar a prisão preventiva, mediante a imposição das medidas cautelares do art. 319, incisos I, III e VI, do Código de Processo Penal (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo Juízo processante, proibição de manter contato com os Corrêus e suspensão do exercício de função pública) – sem prejuízo de aplicação de outras medidas alternativas que entender necessárias ao Paciente. Extensão da ordem ao corréu AGNALDO FIGUEIREDO DE ASSIS, com fundamento no art. 580 do Código de Processo Penal."*

Buscam os Peticionários a extensão a extensão dos efeitos da concessão da ordem, porque e respondem o mesmo processo, sendo as mesmas acusações, sendo as condições pessoais dos acusados semelhantes, todos são policiais militares supostamente envolvidos na Operação Hórus que investiga grilagem de terras em Ceilandia.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 589-590, opinando pela deferimento dos pedidos de extensão, se não estiverem presos por outro motivo.

É o relatório. Decido.

Cinge-se a controvérsia a saber se os Peticionários e se encontram ou não

na mesma situação fático-processual do Paciente deste *writ*, que obteve a concessão da ordem para substituir a custódia extrema por medidas cautelares diversas da prisão, no momento suficientes para assegurar a ordem pública e evitar a continuidade da organização criminosa.

Verifico que a decisão que decretou a prisão preventiva utilizou-se dos mesmos fundamentos para todos os Corréus, os quais se encontram no mesmo quadro fático-processual, sem ressaltar qualquer circunstância de caráter exclusivamente pessoal que justificasse diferente tratamento aos Peticionários.

Desse modo, encontrando-se as Corréus na mesma situação fático-processual, cabe, a teor do Princípio da Isonomia e do art. 580 do Código de Processo Penal, deferir pedido de extensão de julgado benéfico obtido por um deles.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido de extensão aos Peticionários JOSE DELI PEREIRA DA GAMA, PAULO HENRIQUE DA SILVA, FRANCISCO CARLOS DA SILVA CARDOSO, JOÃO BATISTA FIRMO FERREIRA e JAIR DIAS PEREIRA, para revogar a prisão preventiva, mediante a imposição das medidas cautelares do art. 319, incisos I, III e VI, do Código de Processo Penal (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo Juízo processante, proibição de manter contato com os Corréus e suspensão do exercício de função pública) – sem prejuízo de aplicação de outras medidas alternativas que entender necessárias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora